

Dr. Inácio

## IRREGULARIDADE

# Servidores tentam vender lotes de becos da Ceilândia

SOPREIRO BRASILIENSE

O Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab) decidiu anular o termo de concessão de lote a dois servidores da Secretaria de Segurança. Eles estavam tentando vender os imóveis que, por contrato, eram para seu único e exclusivo uso.

Apesar de ter agido rápido, o Idhab admite não ter uma infraestrutura de fiscalização suficiente para coibir o surgimento de casos semelhantes. O instituto está distribuindo 200 lotes (de becos) para os servidores.

Os dois lotes que iam ser vendidos irregularmente se localizam em Ceilândia. O da QNN 26, Conjunto H, lote 44 A, pertencia a Otávia Pais de Jesus e o da QNN 24, conjunto F, lote 38 A, a Luís Antônio dos Reis.

A presidente do Idhab, Alexandra Reschke, explicou que os dois casos foram os únicos que apresentaram este tipo de irregularidade. "Da lista limpa de 800 candidatos aos lotes elaborada pelo Idhab (composta apenas por servidores da Secretaria de Segurança), verificamos problemas apenas com esses", argumentou.

Segundo Alexandra, do total de 800 servidores, 176 formalizaram sua desistência dos lotes, em geral, por dois motivos. Não tinham dinheiro para construir ou já possuíam moradia em outra localidade.

Os lotes oferecidos pelo Idhab aos servidores da Secretaria de Segurança são, de fato, becos que passaram a integrar a política habitacional do GDF. No total, existem hoje 48 mil servidores cadastrados na lista limpa do Idhab. Pelas regras de financiamento dos lotes, as prestações são proporcionais à renda dos contemplados. Até três salários mínimos, o limite é 10% da renda líquida do mutuário; até cinco mínimos, 15% e até 12 mínimos, 20%. O prazo máximo de quitação é de 10 anos.

Pelo menos um dos lotes (QNN 26, Conjunto H, lote 44 A) já vinha sendo parcialmente ocupado, há seis anos, pelo vizinho, sem qualquer ônus. No caso, o proprietário da oficina Terezinense, Cícero Paulo dos Santos, de 41 anos, natural de Teresina (Piauí).

Cícero chegou a montar, há dois meses, sem autorização, um trailer no lote 44 A, mas esbarrou na fiscalização da Administração Regional da Ceilândia, que lhe cobrou a regularização e o pagamento dos respectivos impostos. Cícero preferiu desistir. "Não estava rendendo muito mesmo", resmunga. O trailer continua no mesmo lugar. Virou depósito de rodas e pneus.

Na verdade, Cícero nem mesmo é proprietário do lote em que está a oficina. "Dos 21 anos em Brasília, há pelo menos 18 estou esperando a construção do setor de oficinas aqui em Ceilândia", cobra Cícero. Da oficina, ele admite faturar de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 por mês. Se pudesse, Cícero se candidataria ao lote vizinho, "dependendo das condições oferecidas".

Na QNN 24, conjunto F, lote 38 A, não havia placa ou sinal que evidenciasse que o lote estava à venda. Moradores próximos admitiram que, há poucos dias, algumas pessoas foram ao local na condição de eventuais compradores.

A imobiliária que estaria intermediando ilegalmente a venda dos lotes foi localizada na QNN 34/36 (quadra comercial), no bloco A, sala 6. Os demais comerciantes da quadra afirmaram sequer conhecer o nome do proprietário.